

Medicamentos causam impasse

A reunião de ontem entre o comitê de acompanhamento de preços do pacto social e representantes da indústria, revendedores e varejistas do setor farmacêutico em Brasília, terminou em impasse. Nenhuma das partes abriu mão das suas propostas. Os revendedores ameaçam usar meios legais para impedir que a indústria passe a vender medicamentos somente a vista a partir de quinta-feira, como decidiu.

Os representantes dos trabalhadores não admitem reajustes acima de 25% acordados pelo pacto social para dezembro. A decisão final ficou para a reunião do comitê de dirigentes, amanhã. "Estamos dispostos a entrar em confronto com as indústrias caso elas suspendam as vendas a prazo", disse o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de medicamentos, João Franco de Godói Filho. E lembrou: se o prazo de 30 dias para o pagamento às indústrias for suspenso, entrará com ação na Justiça para que o decreto-lei nº 2.335 (que impede a redução de prazos e desconto para os revendedores) seja cumprido. Os varejistas (farmácias) realizam assembleia geral hoje,

em Brasília, e podem decidir suspender as compras, caso o impasse não seja resolvido.

Outra alternativa para o setor será a Comissão de Política Aduaneira (CPA) estudar a redução de alíquota do Imposto de Importação para matéria-prima de medicamentos sem similar nacional, como forma de diminuir os custos da indústria farmacêutica e permitir reajustes abaixo dos índices desejados pelas empresas. A recomendação foi do comitê de acompanhamento de preços do pacto social, na reunião de ontem. Mas só esta proposta não resolve o problema da indústria, que alega diferença média entre custo e preços de 83,16%.

URP ATÉ FEVEREIRO

O senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e um dos representantes dos empresários no pacto social, disse ontem, no Rio, que a Unidade de Referência de Preços (URP) — responsável pelo reajuste dos salários — deverá ser mantida pelo menos até o mês de fevereiro. Isso porque, na opinião dele, três meses é o tempo mínimo necessário para os participantes do pacto terem a segurança

de que a inflação está sob controle.

Albano Franco garantiu: várias propostas de alterações na política salarial estão sobre a mesa de negociação para serem discutidas, entre elas, a do reajuste trimestral e a da utilização de um deflator. Ele assegurou, no entanto, que a URP só será extinta quando for encontrado um novo instrumento.

Em Brasília, o Ministério da Fazenda divulgou ontem as listas de preços mais freqüentes em 16 capitais brasileiras e que servirão de base de controle da meta do pacto social para dezembro. Os preços relacionados nas listas só poderão subir até 25% entre 3 de dezembro e 2 de janeiro.

APOIO AO PACTO

Reunidos ontem no Clube de Engenharia, no Rio, cerca de 26 entidades civis — entre elas OAB, ABI, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Federação Nacional dos Médicos e Clube de Engenharia — divulgaram um manifesto condenando toda a sociedade civil a se unir em torno de um pacto social, com vista à ampliação da democracia no Brasil e a retomada do desenvolvimento, sob pena de um retrocesso político.